

OSNI APARECIDO DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA E ESCOLA  
NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA**

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1994

**OSNI APARECIDO DA SILVA**

**REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA E ESCOLA  
NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA**

**Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.**

**PROF. ORIENTADOR  
IDELZI TEREZINHA MASSANEIRO**

O elemento popular **sente** mas nem sempre compreende ou **sabe**;  
O elemento intelectual **sabe**, mas nem sempre compreende e muito menos **sente**.  
(...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa **saber** sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado.

GRAMSCI

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, pela presença e apoio inestimável.

A professora Idelzi, pela sua disponibilidade, dedicação e competência principalmente pela orientação a minha pessoa.

A meus amigos que acreditam e lutam por mudanças na educação.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
1 INTRODUÇÃO .....	01
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA .....	01
1.2 JUSTIFICATIVA .....	01
1.3 OBJETIVOS .....	02
1.3.1 Objetivo geral.....	02
1.3.2 Objetivo específico.....	02
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	03
2.1 AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, CRIANÇA E ESCOLA: ASPECTOS DE SUA HISTORICIDADE.....	03
2.1.1 Família.....	03
2.2 CRIANÇA.....	07
2.2.1 A Construção do Conceito de Criança na Sociedade Moderna.....	07
2.2.2 Identificação da Criança com a Família e Escola .....	08
2.3 ESCOLA.....	10
2.3.1 As Diferentes Concepções de Escola na Sociedade Moderna.....	10
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	14
4 CONCLUSÃO .....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	17

## RESUMO

Esta monografia teve como objetivo de estudo o resgate do sentimento de família e escola na educação das crianças na sociedade moderna. Um dos pontos centrais deste trabalho é a relação de família e as tendências da escola no início da sociedade moderna, quais as mudanças que ocorreram nestas instituições e que benefícios trouxeram as crianças. Foi necessário uma abordagem histórica no presente estudo do relacionamento família, criança e as tendências da educação no início da sociedade industrial, baseado principalmente nas obras do francês ARIES (1981) e do inglês POSTER (1979). A família e a escola atuam para o desenvolvimento global da criança, no entanto é necessário estudos aprofundados acerca deste tema, para verificar quais as mudanças que ocorreram na família e escola e qual o papel dessas instituições no processo de aprendizagem da criança. Observou-se através deste estudo que a educação antes do período industrial dava-se entre a família e os adultos que exercia um papel fundamental na educação das crianças. Com as mudanças ocorridas na sociedade e na divisão das classes sociais, a família deixa de ser tão importante para educação das crianças.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Hoje na sociedade moderna a modificação de instituições consideradas como fundamentais na formação educacional da criança, passam a ter característica peculiares nesse contexto social.

A família na sociedade pré-industrial ainda mantinha em seu seio a responsabilidade formativa da criança. O que caracterizava a educação da família camponesa era que, a prática educativa se dava junto ao cotidiano do trabalho dos adultos. Ou seja, era inserida desde muito cedo às normas sociais e ao mundo do trabalho braçal, que predominava entre os camponeses.

Já na outra forma de organização familiar predominante nesse período - a família aristocrática - que tinha sua riqueza assentada nos poderes do monarca e o controle da terra, esta educava seus filhos através de outros indivíduos destinados para tais funções como: amas-de-leite responsáveis pela amamentação e criados no caso de meninos, pelos subordinados que recebiam instruções específicas na arte e obediência à hierarquia social.

As consequências da revolução consolidam rumos diferenciadas na organização social e conseqüentemente na família, por estendendo na educação das crianças. A educação nessa nova sociedade passa também a ser pensada pela ótica da ciência. Assim, se fez necessário o surgimento de uma nova instituição que pudesse desenvolver a contento esta função. Desse modo surgiu a escola na sociedade capitalista. "Uma instituição com normas específicas, agentes próprios (diretores, professores, alunos, orientadores pedagógicos etc.) e toda uma hierarquia

A escola se propõe o objetivo de preparar o indivíduo para a vida em sociedade ao mesmo tempo que se desenvolve suas aptidões pessoais." (MEKSENAS, 1988, p. 28).

Nessa ótica apresenta-se como indagação fundamental: Quais as características predominantes nas relações entre família e escola, na educação da criança no processo da construção da sociedade moderna?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A educação é um processo permanente, onde a todo momento se aprende, se está em contato com novas experiências.

Na criança este processo é muito mais evidente. Ela a todo momento está participando de novas experiências, seja na escola, em casa, com amigos ou nas brincadeiras.

Assim, no papel da família como primeiro contato social da criança é fundamental e de extrema importância no processo de educação através da aquisição

de conhecimentos, postura diante da vida ou sua própria aceitação. Já a escola como segundo contato social é uma nova descoberta, um momento novo para a criança. Portanto a concepção de criança e família é variada em cada modelo social, assumindo ou não importância na hierarquia social de acordo com os valores que sedimentam tais modelos.

Assim para efeitos de estudos este trabalho justificou-se pela importância em discutir qual o papel da família e da escola dentro do contexto histórico, nos diferentes modelos de família e tendências educacionais que emergem na sociedade moderna.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

Contribuir para reflexão sobre as relações entre família, escola e educação da criança.

#### 1.3.2 Objetivo específico

Caracterizar as concepções de família, de criança e de educação nas obras estudadas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, CRIANÇA E ESCOLA: ASPECTOS DE SUA HISTORICIDADE.

#### 2.1.1 FAMÍLIA

Para efeitos de estudos desta monografia e uma melhor compreensão da família de hoje, foram selecionados modelos de famílias que predominam antes do século XIX, baseado na obra de POSTER (1979).

Os tipos de famílias propostos não pretendem apresentar como idênticas todas as unidades familiares, mas captar o que há nelas de essencial para estudo de suas características e estruturas emocionais, em determinados momentos de sua história.

Em sua obra POSTER (1979), apresenta quatro modelos de família: a família aristocrática e a família camponesa (dos séculos XVI XVII); a família proletária e a família burguesa (dos séculos XVIII e XIX).

A família aristocrática apresentada por POSTER (1979), tinha como unidade de habitação o castelo, que abrigava, além da família, parentes, dependentes, criados e clientes. As relações entre os membros eram hierárquicas, e as funções eram fixadas por tradições rígidas. O casamento dos filhos era decisão exclusivamente dos pais, portanto, "o casamento pouco tinha ver com amor. Era antes de tudo um ato político, do qual os interesses eram de aspectos econômicos". (POSTER, 1979, p. 197).

Na aristocracia as funções dos homens era de servir ao rei segundo POSTER (1979), e de se preparar para guerra. As funções das mulheres restringiam em ter filhos e organizar a vida social no castelo. Em geral se preocupavam com a criação dos filhos, os bebês eram amamentados por amas-de-leite e criados pelos subordinados. As crianças eram consideradas pequenos animais, sem cuidados de amor e afeição pelos pais.

Em relação a educação aristocrática POSTER (1979), mostra que as crianças não se identificavam com os pais, eram em geral educadas pelos habitantes do castelo ou enviadas para outras casas para complementar sua educação. Essa aprendizagem preconizava a obediência à hierarquia social, muitas vezes sendo utilizado o castigo físico.

A família camponesa mostrada por POSTER(1979), representava a classe menos favorecida dos séculos XVI e XVII. Apesar da família ser a unidade mais comum, este não era o grupo social mais significativo para seus membros. Era na aldeia que todos estavam ligados por sólidos laços de dependência. A autoridade social não estava investida nos pais, mas sim na aldeia, prevalecendo os costumes e regimento do povoado. Tudo o que ocorria numa família era de conhecimento da

aldeia, até as relações entre pais e filhos sofriam sanções dos aldeões, os casamentos eram regidos por um conjunto de procedimentos coletivos pelos quais se providenciava a formação de pares considerados adequados.

O trabalho da mulher segundo POSTER (1979), era de fundamental importância para a sobrevivência da família e da comunidade, onde trabalhavam por longas horas, além de serem responsáveis pelos serviços domésticos e dos cuidados com os filhos e animais domésticos. Na família conjugal, as crianças não eram consideradas o centro da vida, eram abandonadas o dia inteiro dependendo principalmente da comunidade; desde pequenos participavam de toda a rotina da vida da aldeia, aprendendo e obedecendo às normas sociais. "A criança camponesa participava desde a tenra idade em toda a rotina da vida na aldeia, gozando portanto, da configuração emocional de toda a aldeia". (POSTER, 1979, p. 208).

As relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou emoções fortes, portanto, a vida da criança era condicionada pelo ritmo da comunidade, obedecendo aos costumes e tradições.

A família proletária segundo POSTER (1979), período inicial da industrialização, sob condições de extrema penúria social e econômica. Viviam em condições sanitárias terríveis, favorecendo o índice de mortalidade infantil. Esse modelo de família era formado pelo recrutamento dos camponeses, entretanto no decorrer da metade do século essa instituição familiar começou a se identificar com a burguesia "em termos de padrões emocionais que caracteriza suas relações internas. Isso significa que houve um aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne à vida familiar". (REIS apud LANE, 1984, p.109).

Os filhos eram criados de maneira informal; amamentados por mães subalimentadas, exaustas e preocupadas. Deixados sozinhos grande parte do tempo ou entregues aos cuidados dos vizinhos e parentes, começavam a trabalhar nas fábricas aproximadamente aos dez anos de idade. Por conseqüente, o processo de socialização dessas crianças acontecia à disciplina das fábricas, longe do seu lar.

A família burguesa na obra de POSTER (1979), se diferenciava dos modelos aristocráticos e do campesinato rompendo assim com os padrões vigentes. Esse modelo surgiu em meados do século XVIII, e localizava-se em áreas urbanas com baixa fertilidade e baixa mortalidade.

Segundo POSTER (1979), o planejamento familiar em grande escala começou na família burguesa, assumindo um padrão distinto de emoções e privacidade. As mulheres eram responsáveis pela vida doméstica, organização da casa a educação dos filhos, dependiam totalmente do marido, servindo-o para que este obtivesse as melhores condições para lutar no mundo dos negócios. Os filhos eram educados para aquilo que a burguesia estabelecera; ser auto disciplinado para progredir nos negócios, dificilmente se relacionavam com outras crianças, os laços afetivos estavam ligados à família.

O padrão emocional burguesa é definido por POSTER (1979), pela autoridade e amor restringida aos pais, onde cria-se condições para total dependência dos filhos. Enquanto a criança aristocrata, a camponesa ou mesmo a

operária se defrontava com uma ampla possibilidade de identificação, a criança burguesa tinha apenas as figuras parentais, ou acabava tendo na realidade apenas um objeto de identificação, o progenitor do mesmo sexo em virtude da rigorosa divisão de papéis que presidia a vida familiar. POSTER (1979), conclui ainda que a família burguesa eminentemente adequava-se para gerar pessoas com estruturas do ego que alimentam a ilusão de que são seres autônomos.

A partir dos estudos de POSTER (1979), tenta-se definir um modelo de família, porém, o próprio autor reflete a necessidade de um conhecimento das formas de famílias no período pré-industrial.

O teórico não deve pretender que sua definição revele a verdadeira essência da família. As famílias variam... em diferentes sociedades e podem ser abordadas de inúmeras maneiras, dependendo das finalidades do investigador... contudo, o conhecimento de formas de família pré-industrial é decisivo para o estabelecimento de uma distância crítica em atuais formas de família... o estudo científico do valor da família moderna só pode ser desenvolvido numa sólida base histórica. (POSTER, 1979, p. 168-172).

A família brasileira segundo ALMEIDA (1987), seria o resultado da transplatação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras na sua essência. Essa modelo genérico de estrutura familiar, comumente denominado patriarcal, serviu de base para caracterizar a família brasileira em função do tempo, do espaço e dos diferentes grupos sociais. O modelo patriarcal não foi predominante especialmente no sul do país, onde era mais comum as famílias de menor número de componentes. E a partir desses elementos bastante concretos e calcados em documentação o autor conclui a ineficácia de se utilizar um conceito genérico para representar a sociedade brasileira como um todo.

Para ALMEIDA (1987), a família pode ser conceituada como um grupo de pessoas ligadas por consangüinidade ou aliança. Também pode ser compreendida como uma representação social, quando expressada por diversos grupos a sua relação de aliança e consangüinidade. Desse modo pode ser interpretada como um realidade simbólica, e portanto construída, podendo produzir, reproduzir e legitimar valores que transcendem as fronteiras do grupo, uma mentalidade, ou um maneira de situar na vida.

A família pode ser identificada como nuclear ou conjugal segundo BELTRÃO (1973), e composta essencialmente pelo marido e pela mulher com sua prole, em alguns casos poderão ser somados a esse grupo, uma ou mais pessoas como, os sogros, tios, avós e outros parentes que convivem em conjunto.

A pesquisadora ARANHA (1989), mostra em sua obra que o núcleo da família conjugal surge a partir do século XVIII.

Já CAMPOS (1985), mostra que, durante o processo de modernização geral da sociedade, aconteceram mudanças muito importantes, tendo em vista o desenvolvimento da sociedade como um todo. A diminuição de seu tamanho,

passando de extensa a conjugal nuclear, é decorrência da perda de sua função econômica na sociedade, à medida que um ou mais membros começam a deixar a casa paterna para buscar emprego no mercado de trabalho.

A função de socialização denominada por HORTON (1980) é caracterizada como desenvolvimento do processo de inserção social na transição entre a fase da infância e a fase adulta; " a família é o primeiro grupo primário da criança, é onde começa o desenvolvimento da sua personalidade. Quando tiver idade suficiente para ingressar nos grupamentos primários fora da família já está firmemente lançados os fundamentos básicos de sua personalidade. " (HORTON, 1980, p. 171).

Em relação a socialização da criança, em estudos posteriores CAMPOS (1985), considera que, quanto mais estável for a família, mais equilibrados serão os filhos, com personalidades bem desenvolvidas e seguros. Essa estabilidade é grande parte, fruto da educação recebida no ambiente familiar. Se os pais forem elementos essenciais no crescimento e na socialização da criança, a família será fundamental para o futuro dos filhos e, poderá formar indivíduos seguros, criativos, responsáveis e conscienciosos do papel a ser desempenhado por eles na sociedade.

Pode ocorrer o contrário, indivíduos perturbados, carentes, seja física ou emocionalmente, passivos e irresponsáveis quanto a assumir uma função na sociedade. Segundo CAMPOS (1985, p. 08), "a desorganização familiar, o desemprego e a pobreza são alguns dos efeitos desse desigual ritmo de transformação dos diferentes aspectos da cultura". Essa instabilidade refletir-se-á na socialização da criança tendo em vista que a família abandonou um série de tarefas que antes realizava, e que agora são assumidas por outras instituições.

A fim de poder minimizar os efeitos negativos que a família pode ter na educação dos filhos, é preciso, em primeiro lugar conhecer suas limitações e como elas podem ser, pelo menos em parte superadas... a insegurança e a instabilidade caracterizavam a família moderna. Por isso mesmo, a instituição familiar reduzida a família conjugal é essencialmente conservadora, traço esse que ela partilha conjuntamente com outras instituições, como escola, a fábrica e a igreja em geral. (CAMPOS, 1985, p.9,10).

Para BRUSCHINI (1984), o modelo nuclear de família, que hoje parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII, com a privatização da instituição familiar e a passagem das funções socializadoras para âmbito mais restrito do lar.

## 2.2 CRIANÇA

### 2.2.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA NA SOCIEDADE MODERNA

No início dos tempos modernos ARIES (1981) mostra em sua obra baseada na história europeia, principalmente da região francesa que, por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. "A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias". (ARIES, 1981, p. 275).

Segundo ARIES (1981), o cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que imprimiu o sentimento moderno da família. Estes novos sentimentos foram fundamentais para a escola e a família retirarem as crianças da sociedade dos adultos, conclui o autor.

Em outra obra pesquisada NOGUEIRA (1990), procura-se mostrar a utilização da mão-de-obra infantil na sociedade industrial. A Revolução Industrial apresenta uma série de inovações, técnicas e modo de trabalho baseado principalmente na habilidade e destreza humana. Mudando a forma e o ritmo de trabalho; utilizando-se da força de trabalho das mulheres e das crianças. A utilização era de extremo interesse dos empregadores; além dos salários baixos, terça metade do adulto, as crianças tinham qualidades específicas de habilidade e flexibilidade, usados tanto na fiação quanto na tecelagem; este trabalho não exigia nenhuma força física, mas dedos hábeis.

A medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria. (MARX apud NOGUEIRA, 1990, p. 27).

A jornada de trabalho das crianças variavam de 9 a 12 horas diárias, em péssimas condições das instalações; NOGUEIRA (1990), admite que o clima úmido provocavam várias doenças entre as crianças, tais como: a artrite, tumores e lesões corporais. "O raquitismo figurava entre as doenças que atingiam principalmente a classe trabalhadora, o peso e estatura eram, com frequência, inferiores ao conjunto das crianças". (NOGUEIRA, 1990, p. 67).

Em seus estudos NOGUEIRA (1990), faz uma abordagem na situação da classe trabalhadora na Inglaterra, baseado nas obras de Engels. E conclui que: em meados do século XIX precederam à instalação da escola primária pública e gratuita, obrigatória para todos, com a finalidade de passar uma instrução mínima.

Mas foram criados obstáculos à permanência das crianças nas escolas, pois a indústria funcionava o ano inteiro, contribuindo assim na definição do ensino.

### 2.2.2 IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA COM A FAMÍLIA E ESCOLA

Para RODRIGUES (1976), a identificação da criança é mais forte com sua mãe, o qual proporciona o calor que ela lhe assegura durante a amamentação da mãe determinam a qualidade e o ritmo de desenvolvimento físico, intelectual e afetivo da criança. Proporcionando experiências e as satisfações primárias, e que durante toda a infância a presença materna será um centro permanente de estímulos e de segurança.

Em outro estudo feito pelo psicólogo MAUCO apud RODRIGUES (1976), os pais influenciam a criança não somente pelo seu comportamento individual, mas também pelo convívio conjugal. Se as inseguranças implicam em angústias e agressividade, essas reações quando percebidas pela criança ocasiona a defesa através da agressividade. Considera ainda que, a privação cultural esteja diretamente ligada as dificuldades sócio-econômicas; enquanto a criança de classe mais privilegiada é ou supõe que seja bem nutrida, saudável e ajustada ao meio familiar atenda suas necessidades físicas e afetivas. Enquanto que a criança do meio menos favorecido da sociedade, que sofre com a desnutrição, apresenta-se pouco saudável e não conta com a família para ajudá-la em suas necessidades básicas.

Enquanto a criança favorecida conta com a família de formação acadêmica ou cultural mais privilegiada, com possibilidades múltiplas de experiências de vida, com melhor escolarização e maiores oportunidades de desenvolvimentos de suas potencialidade criativas e intelectuais, a criança de orfanato e a de classe econômica baixa se alguns casos podem contar com os pais, eles são, quase sempre baixa ou nenhuma escolaridade, nível profissional ilusório e capazes de prover-lhes muito mal sustento ou vestuário, quando estão eles próprios entregues ao ostracismo social pela debilidade mental, alcoolismo, o desemprego, a vadiagem e a delinquência. (RODRIGUES, 1976, p. 46-47).

A influência dos pais, é básica tanto para o desenvolvimento global da inteligência, como também para a evolução específicas dos tipos de pensamento, é quase nula no caso da deficiência cultural e, quando ela se processa, pode apresentar-se com aspectos negativos, conclui a autora.

Em estudos posteriores feito por LANE (1993), a criança depende, para sua convivência, de outras pessoas e é através desta relação que vai aprendendo o mundo que a cerca; " relação de dependência que existe entre ela e aqueles que a cuidam faz que estes sejam extremamente importantes para o desenvolvimento ". (LANE, 1993, p. 43).

Baseado nesses estudos acima, a criança tende a assimilar tudo que passa ao seu redor. A educação e a participação dos pais, bem como a de todas as pessoas que convivem com as crianças interferem no comportamento infantil.

É na escola que assume-se grande importância no que tange ao desenvolvimento intelectual segundo RODRIGUES (1976), e ainda procuram atender as expectativas e os motivos internos da criança para a socialização.

Ao adaptar-se ao processo escolar de aprendizagem e ao obter o reconhecimento por coisas que realiza passa, também, a gostar de fazer coisas e, por extensão, a gostar do trabalho. Assim é indispensável que todas as realizações da criança sejam reconhecidas pelos adultos, pois é provável que ela desenvolva um penoso sentimento de inadequação, seus esforços e empreendimentos não sejam adequadamente reconhecidos. (ERIKSON apud RODRIGUES, 1976, p. 54).

Para LOVISOLO (1987), mundo da escola para camadas menos abastadas da sociedade, resultaria num fator pouco estimulante e inadequado diante das necessidades de instrumentos para vida. Tais camadas estão submetidas a um regime que as penaliza com o desemprego e o subemprego com rendimentos insuficientes para uma nível moralmente aceitável. Tal situação se reflete na dificuldade de organização familiar e na precoce incorporação da criança, como elemento também gerador de renda, em atividades realizadas na rua.

Os estudos apresentados na pesquisa de ALVES (1994), mostram que nas camadas mais abastadas da sociedade; o fato das crianças permanecerem quatro horas na escola formal, não está atendendo a necessidade dos pais. Pois além do período de aula os filhos frequentam cursos extracurriculares e atividades desportivas, abrigando-os a vários deslocamentos e perda de tempo, levando os pais a procurarem escolas de período integral que desenvolva estas atividades. Essa procura dá-se ao fato dos pais trabalharem e não terem um local para deixarem as crianças. " Se eu pudesse escolher, ficaria à tarde com ele em casa. Mas não dá, tenho que trabalhar e prefiro deixa-lo na escola. Nem a avó, nem qualquer empregada estão preparadas para dar atenção ". (ALVES, 1994, p. 101).

Para ALVES (1994), as características individuais dos pais e das crianças, o período integral realmente atende as necessidades da vida moderna e pode ser encarado como um recurso viável para as famílias que não tem onde deixar os filhos. Os pais podem ocorrer o risco de transferirem inteiramente para escola a tarefa de educar as crianças, podendo com isso arrender-se no futuro.

## 2.3 ESCOLA

### 2.3.1 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ESCOLA NA SOCIEDADE MODERNA

Nos estudos de ARIES (1981), as escolas medievais não possuíam acomodações definidas, nem diferenciação entre os alunos. Enquanto que, na Revolução Industrial iniciada no século XVII a comunidade escolar aumentou; inclusive nas famílias mais populares. " O colégio tornou-se então uma instituição essencial da sociedade" . (ARIES, 1981, p. 171).

Já no século XVIII, acentuou-se a separação das crianças mais velhas, iniciava-se também dois tipos de ensino; um destinado para o povo, e outro para as camadas burguesas e aristocráticas. Toda a complexidade da vida foi modificada pela divisão das classes, e os diferentes tratamentos escolares para a criança oriunda da burguesia e crianças das classes menos favorecidas.

Em outra pesquisa apresentada por MEKSENAS (1988), mostra que a educação na sociedade moderna deixa de refletir valores religiosos, como no tempo da sociedade feudal. Na sociedade industrial nasce a escola, órgão responsável pela educação responsável pela educação; organizada com normas específicas e com agentes próprios em forma de hierarquia, divididas entre diretores, professores, orientadores e os alunos. Nessa nova sociedade preconizava-se a ciência como base, com o objetivo de preparar o indivíduo para vida em sociedade. MEKSENAS (1988), conclui ainda que a escola que se conhece hoje é produto dos séculos XVIII e XIX. A autora ARANHA(1989), também concorda que as instituições que se conhece hoje são uma criação da burguesia.

" Um lento processo de modificações separou a criança do adulto, visando criar um ambiente segregado e protegido das más influências do mundo: cabe à escola, não só refletir, como educar". (ARANHA, 1989a, p. 83).

Para ARANHA (1989), a escola começa a dividir-se, quando a produção dos bens começa a ultrapassar o necessário para o consumo. Essa quantidade excedente altera a sociedade, com divisões de tarefas e acentuadas diferenças sociais. O conhecimento que era coletivo passa ser um privilégio da classe mais rica, com o objetivo do fortalecimento do poder.

Para entender a escola como uma efetiva contribuição à compreensão de uma determinada realidade, e em constantes transformações, é necessário uma reflexão das tendências pedagógicas na história da educação.

Dentro de uma perspectiva liberal, ARANHA (1989) coloca que, as tendências caracterizam-se em três escolas: A escola tradicional, que surgiu nos colégios fundados pelos religiosos nos séculos XVI e XVII; A escola nova no século XIX e a escola tecnicista a partir da metade do século XX. A partir do século XVIII a burguesia já triunfante, enfatiza a importância da instrução completa até como condição de formação. " A escola tradicional está voltada para a aquisição de

noções, dando ênfase ao esforço intelectual de assimilação dos conhecimentos acumulados. Daí deriva-se o caráter abstrato do saber e verbalismo decorrentes. É inevitável o distanciamento da vida e dos problemas cotidianos". (ARANHA, 1989a, p. 110).

No Brasil segundo GHIRALDELLI JR (1991) a pedagogia tradicional reinou inabalável até a Primeira República (1889-1930). Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tornou-se credor do Brasil, e em pouco tempo, boa parte da intelectualidade dos brasileiros é copiada dos americanos. Vieram também as idéias pedagógicas.

Numa concepção tradicional MEKSENAS (1988), mostra que a criança passa a adquirir o maior número possível de informações, enriquecendo sua cultura, desenvolvendo ainda uma função útil na sociedade. As crianças que tiverem maior capacidade para aprenderem estarão aptas a vencer no mercado de trabalho e se adaptarem na sociedade.

A escola nova para ARANHA (1989), representa um esforço para superar a pedagogia tradicional que se encontrava voltada para o passado. Ela surge no século XIX para propor novos caminhos, e favorecer a transmissão de conhecimentos e preparar o homem para a sociedade burguesa emergente.

O objetivo de estudo da escola nova é o homem integral valorizando os sentimentos e emoções. O resultado da aprendizagem é um processo a ser atingido pelos próprios alunos a partir de suas experiências. O conteúdo deixa de ser decorado e passa a ser compreendido, os professores atuam como facilitadores da aprendizagem. No Brasil as primeiras idéias da pedagogia nova surgiram a partir de 1924, baseado na obra de GHIRALDELLI (1991), liderada pelo sociólogo Fernando Azevedo. A pedagogia nova conquista a mentalidade dos novos professores. " O próprio governo, em 1958, através do MEC( Ministério da Educação e Cultura), baixou instruções para a organização de classes experimentais no âmbito do ensino secundário". (GHIRALDELLI, 1991a, p. 35).

Para ARANHA (1989), a criança na escola nova não é considerada um objeto da educação, e sim o centro do processo da aprendizagem. Ela não é considerada uma miniatura do adulto, e a avaliação é compreendida como um processo válido para o próprio aluno e não para o professor.

A tendência tecnicista surge nos Estados Unidos a partir de sinais de exaustão da escola nova. Em sua obra ARANHA (1989), mostra que o objetivo dessa tendência são rápida profissionalização da mão-de-obra a partir do treinamento do aluno. " No Brasil essa tendência, foi introduzida no início da ditadura militar". (ARANHA, 1989a, p. 209).

É mostrado na obra de ARANHA (1989), que a relação entre professor e aluno não é baseada na afetividade, não acontece discussões e nem debates, o conhecimento é de base técnica, e objetivada.

A partir do século XIX, segundo SANDER (1984) surge uma proposta alternativa, fundamentada nas obras filosóficas e políticas enunciadas por Marx e Engels. Essa proposta denominada pedagogia do conflito, caracterizada também por

tendências não liberais, se apresenta como antítese das pedagogias liberais que foram incapazes de explicar adequadamente os fenômenos da contradição e da mudança na escola e na sociedade

Entre os defensores dessa tendência, SANDER (1984) mostra em sua obra que primordialmente foram influenciados por Marx, entre os quais se destacam Gramsci, Althusser e Young e outros trabalhos Bernstein e Bourdieu que inspiram-se em Durkheim, enquanto que no Brasil Freire e Gadotti partem de uma fundamentação filosófica que reúne diversas teses conciliáveis entre si.

A primeira preocupação desses e outros autores da pedagogia do conflito é de empreender uma crítica permanente do pensamento pedagógico liberal. A segunda preocupação é de conceber um sistema educacional para emancipação humana a transformação social. É nesse sentido que a pedagogia do conflito surge como uma construção teórica alternativa que enfatiza a mudança social, contradição e o conflito estrutural, as formas de denominação coletiva na escola e na sociedade. (SANDER, 1984, p. 59-60).

Essas tendências não liberais, são formadas por três correntes: a pedagogia libertária, a pedagogia libertadora e a pedagogia crítico social dos conteúdos, posteriormente denominada por pedagogia histórico crítico. A pedagogia libertária mostrada na obra de GHIRALDELLI JR (1991), vincula-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais populares, que preconizam desejos de transformações social contidos nas propostas dos movimentos operários de linha anarquista e anarco-sindicalistas. A pedagogia libertária chegou ao Brasil pelas mãos de trabalhadores.

O termo pedagogia progressiva mostrado por LIBÂNEO (1986), é retirado da obra de George Snyders, onde se usou o termo pedagogia progressista para as tendências não liberais. A pedagogia libertária na escola tem como um dos objetivos uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário, "criar grupos de pessoas com princípios educativos autogestionários (associações, grupos informais, escolas autogestionários). Há portanto, um sentido expressamente político, à medida que se afirma o indivíduo como protudo social e que o desenvolvimento individual somente se realiza no coletivo". (LIBÂNEO, 1986, p. 36)

A pedagogia libertadora têm em comum com a libertária o anti-autoritarismo, a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a idéia de autogestão pedagógica. O papel da escola nessa pedagogia segundo LIBÂNEO (1986) é mostrar que essa tendência questiona concretamente a realidade das relações do homem com o meio e com outros homens, visando a uma transformação, daí ser uma educação crítica. Na prática escolar tem como inspirador e divulgador Paulo Freire. "Embora as formulações teóricas de Paulo Freire se restrinjam à educação de adultos ou à educação popular em geral, muitos

professores vêm tentando colocá-los em prática em todos os graus de ensino formal". (LIBÂNEO, 1986, p. 35).

Na tendência crítico social dos conteúdos LIBÂNEO (1986) mostra que o papel da escola é a difusão de conteúdos. A escola é valorizada como instrumento de apropriação do saber prestando serviços populares, "já que a própria escola pode contribuir para eliminar a afetividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante de todo social, agir dentro é também agir no rumo da transformação da sociedade. (LIBÂNEO, 1986, p.39).

Esse método de ensino preconiza aquisição do saber, e de um saber vinculado ao meio social que favoreçam a correspondência dos interesses dos alunos.

A tendência pedagógica crítico social dos conteúdos tem por objetivos um processo de ensino onde tanto os professores como os alunos tenham postura ativa para que possam realizar uma troca de experiência e assim, ao mesmo tempo em que o aluno tem acesso ao conteúdo tradicional, tem também uma postura crítica que ajuda no processo de transformação da realidade (MEKSENAS , 1988, p. 81).

Já em outra obra ARANHA (1989) os representantes dessa tendência: Dermeval Saviane, José Carlos Libânio, Carlos Roberto Jamil e outros. Eles valorizam a escola como local de aquisição dos conteúdos acumulados, que devem ser apropriados de forma e crítica e socializados entre os alunos e dirigentes da escola.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise e discussão serão centradas nos tipos de famílias, predominantes no período da Revolução Industrial, baseado nos autores estudados.

Esta análise mostra o relacionamento das famílias com as crianças e que tipo de educação predominava em cada modelo. POSTER (1979) mostrou nos seus estudos o modelo aristocrático, que representava a classe dominante no período pré-industrial, a educação das crianças dava-se por vários habitantes do castelo e muitas vezes enviadas a outras casas nobres para completar sua educação. O aprendizado era dedicado à manutenção do poder, onde até mesmo o casamento era um ato político, de escolha predominante dos pais.

Enquanto a aristocracia praticava uma educação do poder, os camponeses lutavam para a sobrevivência, onde até mesmo as crianças faziam parte do trabalho manual desenvolvido pelos pais. A convivência em aldeias proporcionava as crianças a identificação com os adultos, sendo assim, os pais não eram os únicos que participavam da vida ativa das crianças.

A educação das crianças dava-se totalmente entre os adultos, devido a inexistência da escola que conhecemos hoje organizada e com normas específicas. Baseado na obra do francês ARIES (1981), fica claro que as escolas não possuíam acomodações definidas e nem diferenciação entre os alunos, as idades não eram relevantes no processo de aprendizagem, até porque a psicologia não fazia parte do contexto educacional, o sentimento de infância era quase inexistente e as crianças eram educadas como os adultos. Ao completar sete anos estavam em atividades com os homens e mulheres: " a partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias ". (ARIES, 1981, p. 275).

No período inicial da industrialização, POSTER (1979) mostra o surgimento da família proletária formada pelo recrutamento dos camponeses para integrar o mercado de trabalho industrial da sociedade capitalista. O proletariado vivia em péssimas condições sociais, ganhavam pouco e trabalhavam em longas jornadas que variavam entre 14 a 17 horas diárias e com alto índice de doenças e mortalidade infantil. As crianças não recebiam atenção suficiente dos pais, eram criados de maneira informal. NOGUEIRA (1990) discute também, que nessa nova sociedade uma série de inovações e tendências fazem com que as pessoas se adaptem ao novo modelo de vida.

A escola era pouco frequentada pelas crianças proletárias que eram recrutadas para atuarem nos trabalhos de tecelagem que não necessitavam tanto da força mas de habilidades específicas com dedos para desempenhar tais funções. A função da escola no início da sociedade moderna fica bem caracterizado na obras de MEKSENAS (1988) e ARANHA (1989), a instituição escolar deixa de preconizar valores religiosos, instituindo a ciência como base para o indivíduo viver em sociedade. A produção de bens de produção em excesso altera a convivência social com diferenças e divisões de tarefas, com isso a escola também sofre divisões,

estabelecendo um modelo de escola que não poderia atender a classe burguesa e o proletariado, portanto, a burguesia buscava o fortalecimento do poder, enquanto que as crianças do proletariado apenas aprendiam técnicas para o aperfeiçoamento das atividades industriais ou nem tinham acesso devido a longa jornada de trabalho, NOGUEIRA (1990).

A família burguesa apresentada por POSTER (1979) consolida novas mudanças nos padrões familiares vigentes até a metade do século XVIII. Esse modelo de família caracterizava-se pelo fechamento em si mesma em função da separação do local de trabalho e a residência, até mesmo pela divisão de tarefas diferenciadas entre os pais, onde as mães dedicavam-se aos trabalhos domésticos e educação das crianças e os pais ao mundo do trabalho.

Enquanto a criança aristocrática, a camponesa e operária se identificavam com os adultos e outras crianças, a identificação das crianças burguesas ficavam no âmbito familiar. Na formação da criança burguesa preconizava-se a luta pelos ideais, ascensão social e econômica, formando um cidadão crítico e comprometido com a nova ordem de acordo com os interesses da nova classe.

As escolas de caridade do século XVII, fundada para os pobres, atraíam também as crianças ricas. Mas a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitavam mais essa mistura, e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular, para colocá-las nas pensões ou nas classes elementares dos colégios, cujo monopólio conquistado.  
(ARIES, 1981, p. 278).

Já em outro estudo mostrado por SANDER (1984) a partir do século XIX, fundamentado nas obras de filosofia e política enunciadas por Marx e Engels, surge então o pensamento crítico à pedagogia liberal que atendia a sociedade como um todo, nessa nova proposta também caracterizada pedagogia do conflito, que propõem-se através do sistema educacional uma emancipação do ser humano, de transformação social e libertação.

#### 4 CONCLUSÃO

Os modelos de família mostrados neste estudo caracterizam-se por uma introdução aos problemas no início do período pré-industrial. Cabe salientar que a família e a escola sofreram mudanças, portanto, é necessário um estudo mais aprofundado a respeito.

As tendências educacionais e os modelos de famílias analisados neste trabalho apresentam especificidades diferentes, com características próprias em suas fundamentações.

A educação antes do período industrial dava-se entre a família e os adultos que exerciam um papel fundamental na educação das crianças. Com as mudanças ocorridas na sociedade e as divisões das classes sociais no sistema capitalista, a família deixa de ser tão importante para a educação das crianças.

Nesse sentido a escola surge com o compromisso fundamental na educação dos novos indivíduos. Porém algumas reflexões devem ser analisadas em relação ao acesso à escola, como também o papel dessa instituição que não deu conta de atender as necessidades de todas as classes sociais.

Conclui-se que este estudo faz apenas uma abordagem e resgate histórico aos problemas familiares e educacionais.

É necessário, portanto, ampliar as discussões e aprofundar estudos a respeito de cada modelo de família e de cada tendência educacional que predominaram após o período industrial, para melhor entender o funcionamento e a relação de família e escola na educação da criança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Angela Mendes de. **Pensando a família no Brasil da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ALVES, Januária Cristina. Escola todo dia, o dia todo. **Cláudia**, São Paulo: n. 391, p. 101-102, abril/94.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. **Sociologia da família contemporânea.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRUSCHINI, Cristina. Família, casa e trabalho. **Caderno de pesquisa.** n. 88, p. 30-35, fev/94.
- CAMPOS, Maria Cristina Siqueira de Souza. **Educação: agentes formais e informais.** São Paulo: Cortez, 1991.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1991.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O que é pedagogia.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HORTON, Paul Burleigh. **Sociologia.** São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1980.
- LANE, Silvia T. M. **O que é psicologia social.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LANE, Silvia T. M. **Psicologia Social, o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Formação do consenso crítico.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

- LOVISOLO, Hugo. **Família e escola: constelação imperfeita. Ciência hoje.** Campinas, v. 06, n. 31, p. 52-56, maio/87.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **A Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação.** São Paulo: Loyola, 1988.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez, 1990.
- POSTER, Mark. **Teoria crítica da família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1979.
- RODRIGUES, Marlene. **Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- SANDER, Benno. **Consenso e conflito: perspectiva analítica na pedagogia e na administração da educação.** São Paulo: Pioneira, 1984.